

---

## **Lei Complementar nº 013/2025**

(Projeto de Lei Complementar nº 001/2025 – Autoria: Poder Executivo)

**Altera e adiciona dispositivos à Lei Complementar n.º 0967/2017, de 27 de dezembro de 2017, que instituiu o Código Tributário do Município de Conde/PB e dá outras providências.**

**A Prefeita Constitucional do Município de Conde**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 60, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Conde, Estado da Paraíba faz saber o que o Poder Legislativo aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** - O Art. 98 da Lei Complementar n.º 0967, de 27 de dezembro de 2017, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

**"Art. 98. (...)**

**Parágrafo único.** Os serviços de registros públicos, cartorários e notariais deverão destacar no recibo de emolumentos o imposto devido sobre as receitas dos serviços prestados. O valor do imposto destacado não integra o preço do serviço."

**Art. 2º** - Fica acrescido à Lei Complementar n.º 0967, de 27 de dezembro de 2017, o Art. 101-A, com a seguinte redação:

**"Art. 101-A.** Sem prejuízo da condição de contribuinte estabelecida no Art. 98, as Serventias Notariais e de Registro são responsáveis pela cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) diretamente do usuário dos serviços prestados, inclusive daqueles relativos a bens situados no Município de Conde, ainda que os atos sejam praticados fora de sua comarca, e pelo recolhimento do referido imposto aos cofres municipais.

**Parágrafo único.** O recolhimento do imposto a que se refere o caput poderá ser intermediado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, mediante convênio, nos termos da regulamentação a ser expedida pelo Poder Executivo."

**Art. 3º** - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Conde, 30 de dezembro de 2025.

**KARLA PIMENTEL**

Prefeita de Conde